



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 100, DE 2005

(Do Sr. Gastão Vieira)

Solicita auditoria especial do TCU - Tribunal de Contas da União, nos convênios celebrados pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da Superintendência do Maranhão, com Organizações Não-Governamentais.

DESPACHO:

NUMERE-SE, PUBLIQUE-SE E ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Com base no art. 100, § 1º combinado com os arts. 60, Inciso II e 61 do Regimento Interno, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, solicitando auditoria especial do TCU – Tribunal de Contas da União, nos convênios celebrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência do Maranhão, com as Organizações não Governamentais a seguir relacionadas:

1. MST Movimento Sem Terra – R\$ 5 milhões;
2. FETEAMA Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Maranhão – R\$ 24 milhões;
3. SDM Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – R\$ 1 milhão;
4. CETRU Centro dos Trabalhadores Rurais – R\$ 3 milhões;
5. FUNDAÇÃO SOUZANDRADE Fundação da Universidade Federal do Maranhão - para execução do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (não foi possível obter valor);
6. ACONERUK Associação das Comunidades Negras Rurais e QUILOMBOLAS – para execução de trabalho com o Ministro do Desenvolvimento Social e com a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União acaba de recomendar uma “devassa” nos Consórcios Sociais da Juventude, no Paraná, em razão de irregularidades apuradas pela auditoria realizada pelo TCU. No contrato celebrado pelo Ministério do Trabalho e a Fundação Estadual de Cidadania, uma organização social, com sede em Curitiba.

No Maranhão, inúmeras são os repasses de recursos para Organização Não Governamentais e Órgãos do Governo Federal. Como o foco é sempre “treinamento de pessoal”, de difícil fiscalização, torna-se absolutamente necessário um conhecimento da aplicação destes recursos que estão, repito, fora de qualquer controle dos órgãos de fiscalização.

Por fim, a matéria publicada no jornal “ZERO HORA”, de Porto Alegre informa que R\$ 15,7 milhões foram entregues pelo MST à Fundação Souza Andrade da Universidade Federal do Maranhão para capacitação profissional. Membros do PT do Maranhão, também, questionam a aplicação.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.

GASTÃO VIEIRA
Deputado Federal

FIM DO DOCUMENTO
